



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO
CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – PRIMEIRA FASE (Aplicação: 10/6/2001)

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

QUESTÃO 1

A Constituição da República, em seu art. 1.º, determina que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal (DF), tem como fundamento(s)

- A os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- B a garantia do desenvolvimento nacional.
- C a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- D a prevalência dos direitos humanos.
- E a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

QUESTÃO 2

Acerca do poder constituinte instituído, é correto afirmar que, a partir da vigente Constituição da República, ele poderá ser exercido no âmbito

- A da União, exclusivamente.
- B da União, dos estados e do DF, exclusivamente.
- C da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- D dos estados, do DF e dos municípios, exclusivamente.
- E dos municípios, exclusivamente.

QUESTÃO 3

A Constituição da República, em seu art. 5.º, dispõe acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos. Entre esses direitos, firma o texto constitucional o princípio do acesso ao Poder Judiciário, segundo o qual não se pode excluir da apreciação judicial qualquer lesão ou ameaça de direito. Acerca desse princípio, é correto afirmar que ele

- A pode ser condicionado ao prévio esgotamento da instância administrativa.
- B pode estar condicionado à impetração de recurso, com efeito suspensivo, na via administrativa.
- C pode ser limitado por lei.
- D assegura o direito de pleitear prestação jurisdicional sempre que algum direito for lesado ou ameaçado.
- E está condicionado, no próprio texto constitucional, ao pagamento de taxas judiciárias.

QUESTÃO 4

Caso determinada autoridade pública pratique ato discricionário, considerando-se as regras acerca do controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que

- A estará ele imune ao controle judicial.
- B poderá o Poder Judiciário, se o administrador o tiver motivado, examinar a veracidade e validade dos motivos que levaram o administrador a praticá-lo.
- C será cabível qualquer tipo de ação judicial somente se for verificado desvio de finalidade.
- D o Poder Judiciário não poderá examiná-lo quanto à sua legitimidade, mas apenas quanto ao seu mérito.
- E poderá o Poder Judiciário examiná-lo, devendo revogá-lo caso verifique a existência de qualquer vício.

QUESTÃO 5

João, após ser empossado no cargo de promotor de justiça substituto do Ministério Público do Estado do Amazonas, solicitou ao órgão público em que ocupou cargo em comissão certidão de tempo de serviço. No entanto, recusou-se o referido órgão a fornecer qualquer informação constante em seus registros.

Na situação hipotética em apreço, o remédio jurídico para João obter a referida certidão será o(a)

- A mandado de segurança.
- B mandado de injunção.
- C ação civil pública.
- D *habeas data*.
- E ação popular.

QUESTÃO 6

Acerca do sistema federativo adotado pela Constituição da República de 1988, assinale a opção correta.

- A Os estados possuem autonomia para dispor livremente acerca de processo legislativo e iniciativa legislativa.
- B Os estados poderão adotar o parlamentarismo como sistema de governo.
- C Os municípios poderão, por meio de suas leis orgânicas, conferir às câmaras municipais a competência para propor projetos de lei que disponham acerca da criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades do Poder Executivo.
- D A Constituição de um estado poderá conferir ao respectivo Poder Legislativo a iniciativa de lei que disponha acerca de normas gerais e organização do Ministério Público (MP) estadual.
- E As regras de iniciativa legislativa previstas na Constituição da República deverão ser observadas no âmbito dos estados e municípios.

QUESTÃO 7

Caso o Poder Executivo edite ato normativo que extrapole os limites do poder regulamentar,

- A é da competência exclusiva do Congresso Nacional a sua sustação.
- B deve o referido ato ser tido como lícito, ainda que ele verse acerca de matéria objeto de reserva legal, desde que não tenha sido editada a lei regulamentadora.
- C somente caberá controle do referido ato perante o Poder Judiciário, se houver violação de lei.
- D somente caberá controle do referido ato perante o Poder Judiciário.
- E somente por intermédio de controle abstrato de constitucionalidade poderá ser questionada a validade do referido ato.

QUESTÃO 8

Diversas são as formas de controle previstas e autorizadas no texto da Constituição da República. Nesses termos, o fato de um tribunal de contas realizar auditoria em determinada obra caracteriza o exercício do controle

- A concomitante e interno.
- B concomitante e externo.
- C prévio e interno.
- D corretivo e interno.
- E corretivo e externo.

QUESTÃO 9

Os tribunais e respectivos órgãos especiais poderão declarar a inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos do poder público em controle

- A abstrato, pela maioria simples de seus membros.
- B abstrato ou concreto, pela maioria absoluta de seus membros.
- C difuso, somente pela unanimidade de seus membros.
- D difuso ou concentrado, pela maioria simples de seus membros, podendo o regimento interno do respectivo órgão fixar *quorum* mais elevado.
- E abstrato, pela maioria absoluta; em controle concreto, pela maioria simples.

QUESTÃO 10

Na magistratura, a vitaliciedade será adquirida

- A somente nos tribunais.
- B somente quando o juiz for titularizado.
- C nos tribunais, com a posse.
- D no primeiro grau, após prévia avaliação em estágio probatório de três anos.
- E nos tribunais ou no primeiro grau com a posse.

QUESTÃO 11

Julgue os itens abaixo, relativos às etapas de evolução histórica dos direitos humanos.

- I O processo de generalização da proteção dos direitos humanos desencadeou-se no plano internacional a partir da adoção, em 1948, das Declarações Americana e Universal dos Direitos Humanos.
- II A evolução conceitual dos direitos humanos teve início na primeira metade do século XX, durante o período entre-guerras.
- III Em 1966, foram concluídos os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, instrumentos cruciais para a conceituação desses direitos nos planos internacional e, posteriormente, nacional.
- IV A teoria que sustenta haver três gerações de direitos humanos fundamenta-se em uma lógica de superposição cronológica, que se baseia na evolução dos direitos humanos no século XX.
- V A conceituação dos direitos humanos baseia-se em considerações e particularidades locais e regionais, que se sobrepõem às universais.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 12

Com relação ao enquadramento e à incorporação dos direitos humanos na ordem jurídica interna, assinale a opção correta.

- A Na Constituição da República de 1988, há cláusula aberta, mediante a qual dá-se o acréscimo, ao elenco dos direitos constitucionalmente consagrados, dos direitos e garantias expressos em tratados internacionais acerca da proteção dos direitos humanos em que o Brasil é parte.
- B Caso determinado direito da pessoa humana já esteja devidamente consubstanciado em normativa doméstica, de caráter constitucional ou infra-constitucional, faz-se absolutamente desnecessária a incorporação de tratado internacional de direitos humanos que proteja o aludido direito.
- C Na hipótese de um dispositivo de lei ordinária acerca de determinado direito da pessoa humana ter um alcance protetivo inferior ao de dispositivo constante em um tratado internacional do qual o Estado brasileiro seja parte, prevalece a lei ordinária, haja vista a necessidade de se proteger a soberania nacional.
- D A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) respalda a corrente dualista, segundo a qual, também com relação aos tratados de proteção aos direitos humanos, o direito internacional e o direito interno são duas ordens que coexistem autônomas, sem relação de dependência, não podendo existir, portanto, conflito entre uma e outra.
- E A incorporação das normas de direitos humanos no ordenamento jurídico doméstico dá-se com a simples participação de membro plenipotenciário da delegação brasileira nas conferências internacionais humanitárias.

QUESTÃO 13

Os representantes indígenas de uma área demarcada pela União, que corresponde à terra que tradicionalmente ocupam, decidiram efetivar o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais disponíveis.

À luz da legislação aplicável, e com base na situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A O Estado poderá, com a anuência dos índios, favorecer a organização da atividade garimpeira em cooperativa, levando em conta a proteção do ambiente e a promoção socioeconômica dos índios e garimpeiros.
- B A posse das terras ocupadas pelos índios será objeto de revisão periódica, na forma da lei.
- C Em caso de catástrofe ou de epidemia que ponha em risco a população indígena, o Congresso Nacional poderá, *ad referendum*, determinar a remoção dos grupos indígenas de suas terras, estando facultada, nessa hipótese, a alienação das terras demarcadas.
- D O MP atuará como substituto processual na hipótese de os índios terem de ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, haja vista estes não poderem ser parte legítima.
- E O aproveitamento dos recursos hídricos — incluídos os potenciais energéticos —, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só poderão ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ficando assegurada aos índios a participação nos resultados da lavra.

QUESTÃO 14

Em face da inação dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta na dispensa de tratamento prioritário e adequado às pessoas portadoras de deficiência, na área da educação, uma associação, constituída há mais de dois anos, que inclui entre suas finalidades institucionais a proteção das pessoas portadoras de deficiência, decidiu propor ação civil pública destinada à proteção de interesse coletivo.

Considerando a legislação pertinente e a situação hipotética descrita acima, assinale a opção correta.

- A Por se tratar de interesse coletivo, em nenhuma hipótese haverá sigilo, devendo sempre as certidões e informações serem entregues e prestadas, respectivamente, quando solicitadas.
- B Se o processo correr em segredo de justiça, este se manterá mesmo após o trânsito em julgado da sentença.
- C Por se tratar de interesses relacionados à deficiência das pessoas, o MP está obrigado a intervir.
- D Na hipótese de a ação ser julgada improcedente por deficiência de prova, não poderá outro legitimado intentar uma outra ação com idêntico fundamento, mesmo valendo-se de nova prova.
- E A titularidade ativa não pode ser assumida por nenhum co-legitimado, mesmo quando houver desistência ou abandono da ação.

QUESTÃO 15

Uma empresa hoteleira iniciou a construção de um hotel em uma zona rural, próxima à foz de um rio, sem a prévia obtenção de um estudo de impacto ambiental (EIA) e do correspondente relatório de impacto ambiental (RIMA). Uma associação ambientalista, constituída há mais de três anos, sustenta que a construção do aludido hotel está alterando as propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, afetando, direta ou indiretamente, a saúde e o bem-estar da população, assim como as condições estéticas e sanitárias do ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. Essa associação propôs ação de responsabilidade por dano causado ao ambiente.

Com relação à situação hipotética apresentada, e à luz do papel do MP preceituado na legislação aplicável, assinale a opção correta.

- A Ao MP não cabe promover a execução da sentença condenatória, mesmo quando a associação autora não a tiver promovido dentro do lapso temporal de sessenta dias previsto em lei, contado a partir do trânsito em julgado da referida sentença.
- B Convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, e uma vez esgotadas todas as diligências, poderá o MP promover o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas sem nenhuma fundamentação.
- C Não há exame ou deliberação de nenhum órgão do MP quando da proposta de arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas.
- D No caso, o MP atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, uma vez que não está intervindo como parte no processo.
- E Na hipótese de a associação ambientalista desistir ou abandonar a ação, o MP só poderá assumir a titularidade ativa se assim for autorizado pela aludida associação.

QUESTÃO 16

O chefe de uma repartição pública determinou certa obrigação a servidor, que, descumprida, ensejou a instauração de inquérito administrativo.

Nessa situação hipotética, houve manifestação dos poderes

- A vinculado e disciplinar.
- B hierárquico e de polícia.
- C hierárquico e disciplinar.
- D discricionário e disciplinar.
- E vinculado e de polícia.

QUESTÃO 17

Julgue os itens seguintes, relativos a licitação.

- I Quando há impossibilidade jurídica de competição entre contratantes, a licitação é dispensável.
- II A exigência constitucional de licitação alcança a administração pública fundacional.
- III Situações de emergência permitem a dispensa de licitação para a aquisição de bens necessários a enfrentar a situação emergencial.
- IV Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, é impossível a comprovação de superfaturamento.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

QUESTÃO 18

Um servidor público, dirigindo veículo oficial, envolveu-se em acidente de trânsito, com culpa somente do particular envolvido.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Por força da teoria do risco administrativo, a administração pública deve ressarcir o particular, sem ter direito de regresso contra seu servidor.
- B A administração pode processar conjuntamente o servidor público e o particular envolvidos, porque vige a responsabilidade civil objetiva do agente público.
- C A adoção, pelo direito brasileiro, da teoria do risco integral impõe que a administração pública assuma a responsabilidade pelo evento.
- D A administração pública tem de indenizar o particular, e o servidor público, regressivamente, tem de indenizar a administração pública.
- E A administração pública não tem responsabilidade nenhuma, já que seu servidor não foi o causador do dano.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta com referência a atos administrativos.

- A A competência para a prática do ato administrativo é delegável, desde que a lei o autorize, mas não se transfere apenas pela vontade dos interessados.
- B Os atos administrativos revestem-se de imperatividade, que é a faculdade de o ato ser diretamente executado pela própria administração pública, sem a necessidade de decisão judicial.
- C O despacho lançado nos autos de procedimento administrativo, que se limite a dar-lhes andamento, não é considerado ato de império, mas sim ato de gestão, já que não implica uso da supremacia estatal.
- D Considerando suas características normativa e regulamentar, decreto do presidente da República não pode ser classificado como ato administrativo.
- E Constitui poder-dever da administração pública revogar ato administrativo, quando nele se detectar ilegalidade.

QUESTÃO 20

Julgue os itens a seguir, referentes a contratos administrativos.

- I Embora seja sempre consensual, o contrato administrativo nunca é comutativo, porque a superioridade do interesse público afasta a idéia de compensações recíprocas e equivalentes para os contratantes.
- II A exceção de contrato descumprido não pode ser, em regra, invocada contra a administração pública, por força do princípio da continuidade do serviço público.
- III Dado que o equilíbrio financeiro deve ser mantido durante toda a execução do contrato administrativo, eventos novos e imprevisíveis que o desequilíbrem ensejam a aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*.
- IV Eventual rescisão administrativa do contrato administrativo pode ser efetivada unilateralmente pela administração pública, por inadimplemento do contratado ou por interesse do serviço público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item IV está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 21

Sabendo de proposta do Poder Executivo de supressão de gratificação, a ser veiculada em medida provisória ainda em estudo, um servidor público propôs mandado de segurança contra a edição do referido instrumento.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A Não se destinando ao controle da legalidade da atuação administrativa, mas somente à garantia de direitos individuais, o mandado de segurança proposto não tem cabimento.
- B Cabe, efetivamente, mandado de segurança na hipótese, já que seu uso destina-se também a combater ameaça a direito.
- C Na situação em apreço, não cabe mandado de segurança porque, a despeito da ilegalidade do ato impugnado, não se verificou a lesão ao direito.
- D Embora possa ser proposto em caráter preventivo — ou seja, antes da prática do ato administrativo e para evitá-lo —, na hipótese não cabe mandado de segurança porque inexistente, ainda, regra normativa que autorize o ato.
- E Não é cabível o mandado de segurança antes da ocorrência de ato administrativo, já que se trata de forma de controle *a posteriori*.

QUESTÃO 22

Assinale a opção correta no que concerne a processo administrativo.

- A A garantia do *due process of law* só excepcionalmente deve ser observada no processo administrativo, em virtude de sua cognição sumária.
- B Buscando-se, no processo administrativo, a verdade material — e não meramente a verdade formal —, pode ocorrer *reformatio in pejus* no julgamento de recurso administrativo.
- C O princípio da iniciativa da parte impede o agente público de promover, de ofício, reexame de punição imposta a servidor mediante processo administrativo.
- D A previsão de instâncias recursais administrativas impede o Poder Judiciário de apreciar ilegalidade ocorrente em processo administrativo.
- E A inobservância da ampla defesa em processo administrativo só será relevante quando dela decorrer prejuízo para o interessado.

QUESTÃO 23

Valendo-se de sua competência legal, um agente público praticou ato administrativo de remoção de servidor público, tão-somente porque tinha inimizade a este servidor.

Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Obedecidos os limites legais, o ato de remoção não pode ter sua finalidade questionada, já que esta se relaciona ao mérito administrativo.
- B O ato de remoção ocorreu com excesso de poder, já que seu agente exorbitou do uso de suas faculdades administrativas.
- C Houve desvio de finalidade na remoção, pois, embora formalmente legal, o ato praticado objetivou fim ilegal.
- D Tendo usado sua competência dentro da lei, o agente público valeu-se de mero uso de seu poder discricionário.
- E Não se pode imputar abuso de poder ao agente que praticou o ato de remoção, dado ser pressuposto do abuso a clandestinidade na prática do ato.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correta acerca dos bens públicos.

- A Coisas incorpóreas, créditos e ações que pertençam, a qualquer título, a entidades estatais são considerados bens públicos.
- B Mares, praias e rios são chamados bens públicos de uso especial, dada sua forma coletiva de fruição.
- C A aquisição de bens pela administração pública não pode ser feita contratualmente, mas apenas pela forma compulsória, como a desapropriação.
- D Para que um bem público de uso comum do povo seja alienado, é necessário que antes ocorra sua afetação por lei.
- E Toda transferência de propriedade de bem público há de ser remunerada, à exceção da investidura.

QUESTÃO 25

Assinale a opção correta quanto à intervenção do Estado na propriedade.

- A A desapropriação pressupõe que o bem expropriado seja sempre privado, sem o que não haveria transferência compulsória de propriedade particular para o poder público.
- B Para atender a seu fundamento constitucional, é preciso que a requisição de bens ou serviços pelo poder público para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias seja precedida de justa indenização.
- C Na desapropriação, sempre ocorre a indenização, ao passo que, na servidão administrativa, nem sempre há necessidade de indenizar.
- D Somente caracteriza ocupação temporária aquela utilização transitória de bens particulares pelo poder público ocorrente de forma gratuita.
- E A tarefa de tomar locais históricos, artísticos, paisagísticos, turísticos, culturais e científicos é, segundo a Constituição da República, dividida entre o poder público e a comunidade.

Para responder às questões de 26 a 31, quando for aplicável lei específica, considere exclusivamente a lei cabível, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dela com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 26

A Constituição da República não se preocupou em definir as espécies de tributos nem em classificá-las, mas se limitou a arrolar impostos, taxas, contribuições de melhoria, pedágios, empréstimos compulsórios, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas e contribuições para custeio de sistemas de previdência e assistência social em benefício de servidores públicos.

Luciano Amaro. *Direito tributário brasileiro*. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 28 (com adaptações).

Diante desse comentário e em face do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- A Das espécies tributárias indicadas pela Constituição, o DF pode instituir apenas aquelas próprias dos estados-membros.
- B As contribuições sociais a que o autor se refere especificamente são de competência exclusiva da União e não se submetem a anterioridade.
- C A despeito de o princípio da legalidade constituir direito fundamental na Constituição de 1988 e embora ao direito tributário se aplique o chamado princípio da estrita legalidade tributária, nem todos os elementos essenciais (hipótese de incidência, base de cálculo e alíquota) de todos os tributos precisam ser fixados em lei ordinária para definir o valor do tributo a ser cobrado por parte do fisco.
- D Uma das espécies de normas que compõem a legislação tributária é a lei complementar, que, do ponto de vista formal, difere da lei ordinária basicamente porquanto é a Constituição que estabelece os assuntos a respeito dos quais a lei complementar disporá.
- E Devido à disciplina especial da legislação tributária no Código Tributário Nacional (CTN), a ela não se lhe aplicam as disposições de caráter geral e inespecífico da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC).

QUESTÃO 27

O direito tributário pertence à categoria dos direitos obrigacionais, cuja característica é a de regularem relações entre dois sujeitos de direitos (credor e devedor) com referência a uma prestação positiva ou negativa (objeto da obrigação). O elemento central do direito obrigacional, aquilo que constitui essencialmente o conteúdo jurídico de um direito desse tipo, é portanto a **obrigação**, que pode assim ser definida: obrigação é o poder jurídico por força do qual uma pessoa (sujeito ativo) pode exigir de outra (sujeito passivo) uma prestação positiva ou negativa (objeto da obrigação) em virtude de uma circunstância reconhecida pelo direito como produzindo aquele efeito (causa da obrigação).

Rubens Gomes de Sousa. *Compêndio de legislação tributária*. São Paulo: Resenha Tributária, 1975, p. 83 (com adaptações).

Considerando o conceito emitido pelo prof. Rubens Gomes de Sousa, um dos autores do vigente CTN, em relação à obrigação tributária, em sua conhecida obra, assinale a opção correta.

- A Considerando as normas do CTN pertinentes à vigência da legislação tributária no espaço, é juridicamente correto afirmar que as normas tributárias produzidas pelo estado do Amazonas não se podem aplicar, em nenhuma hipótese, a obrigações tributárias ocorridas em outros estados da Federação.
- B Devido às peculiaridades do direito tributário em relação ao direito obrigacional em geral, a obrigação tributária tem como objeto apenas prestações de dar, uma vez que a pretensão do fisco visa a que o contribuinte efetue pagamento em dinheiro por força da obrigação.
- C Denomina-se base de cálculo a medida legal da grandeza do fato gerador; com exceção dos chamados tributos fixos ou de valor fixo, segundo a doutrina tributarista, a base de cálculo deve ser calculada em função da dimensão econômica da relação jurídica, ou, em outras palavras, deve ser função do valor monetário envolvido na relação jurídica.
- D Nos casos de sujeição tributária indireta, cabe à autoridade tributária, no exame do caso concreto, definir quem deve figurar como responsável tributário, a partir da averiguação daquele com maior capacidade contributiva.
- E Na vigente disciplina constitucional do sistema tributário e em face das disposições do CTN, o ente com competência tributária não é necessariamente também aquele com capacidade tributária.

QUESTÃO 28

Em relação ao crédito tributário e ao processo administrativo tributário, julgue os itens seguintes.

- I Em certas circunstâncias, pode ocorrer o fato gerador da obrigação tributária e mesmo assim o contribuinte ainda não estar compelido a efetuar o pagamento do tributo.
- II Se, para atacar a exigência de determinado tributo, o contribuinte impetrar ordem de segurança ao juiz competente, com requerimento de medida liminar, este deverá conceder a liminar condicionando-a ao depósito da importância questionada, pois somente assim poderá haver a suspensão válida do crédito tributário.
- III Se o contribuinte estiver sujeito ao cumprimento de determinada obrigação acessória, esta não poderá ser exigida pelo fisco como condição para receber o pagamento correspondente à respectiva obrigação principal.
- IV Se uma empresa que possua como único patrimônio determinado bem imóvel constituir validamente hipoteca sobre ele, e se em seguida vier a incorrer em débitos para com a administração tributária, esta não poderá exigir a execução do imóvel, pois a hipoteca anterior e válida prevalece, nesse caso, sobre o crédito tributário só constituído posteriormente.
- V A fiscalização tributária, em face das regras acerca do sigilo bancário, somente pode ter acesso a dados de operações financeiras mediante autorização judicial.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 29

A respeito do processo administrativo tributário e da discussão judicial de matéria tributária, assinale a opção correta.

- A Se o contribuinte estiver em débito para com o fisco e depositar validamente o respectivo valor com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário, a fazenda pública não poderá negar a expedição de certidão positiva, a qual, nesse caso, terá efeito de negativa.
- B Se o fisco ajuizar execução fiscal em face de um contribuinte e instruir o pedido com certidão de dívida ativa (CDA) a que falte qualquer dos requisitos legais, o juiz, por força do princípio do devido processo legal e devido ao caráter formal da CDA, deverá julgar improcedente a execução; somente por meio de outra certidão, formalmente perfeita, e outro processo de execução poderá a fazenda pública perseguir a satisfação de seu crédito.
- C Se, no curso de fiscalização, a autoridade tributária constatar que o contribuinte, mesmo antes de ser notificado, está promovendo atos para dilapidar seu patrimônio e, com isso, frustrar a execução do crédito tributário, deverá remeter imediatamente cópia dos documentos para que a procuradoria competente promova o ajuizamento de medida cautelar fiscal, pois, nesses casos, é dispensável a constituição do crédito tributário.
- D Nas ações de repetição de indébito tributário, pondo de parte aspectos processuais, é bastante que o autor demonstre figurar como contribuinte do tributo em causa, haver efetuado o pagamento dele e ser indevida a cobrança, para obter a procedência do pedido.
- E Se uma lei criar ou aumentar determinado tributo em desrespeito às limitações constitucionais ao poder de tributar, qualquer cidadão que seja potencial contribuinte sujeito à incidência da lei poderá impetrar mandado de segurança atacando a norma por inconstitucionalidade e requerendo que o juiz declare a incompatibilidade entre a lei e a Constituição; nesses casos, não será preciso que o impetrante demonstre haver praticado fato gerador do tributo nem que haja ocorrido ou esteja prestes a ocorrer fato concreto sujeito à lei inconstitucional, diante do caráter preventivo da impetração.

QUESTÃO 30

No atinente aos ilícitos tributários e à Lei n.º 4.320, de 1964, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro foi contratado como empregado em uma loja, mas tinha pouca experiência nessa atividade. Pouco dias depois de iniciar seu trabalho, ele efetuou uma venda e não extraiu a respectiva nota fiscal. No dia seguinte, a fiscalização tributária chegou ao estabelecimento e veio a constatar o fato. Por isso, autuou a empresa por infração à legislação tributária.

Nessa situação, a autuação foi indevida, uma vez que o ilícito tributário depende do elemento subjetivo do contribuinte ou de seus prepostos e, no caso descrito, a falha decorreu de simples inexperiência do empregado.

- B Característica comum aos crimes contra a ordem tributária, descritos na Lei n.º 8.137, de 1990, é o fato de que todos os tipos penais nela definidos envolvem o emprego de artifício, ardid ou qualquer outro meio fraudulento.

- C Considere a seguinte situação hipotética.

Um contribuinte foi apenado por ilícito tributário, em decisão administrativa de última instância, e, por não pretender discutir a sanção na via judicial, resolveu pagar o tributo e a multa daí decorrentes. Pouco depois, entrou em vigor lei tributária que deixou de considerar ilícita a conduta do contribuinte. Este, então, pleiteou administrativamente a repetição dos valores pagos a título de multa, fundamentando seu requerimento na retroatividade da lei mais benéfica.

Nessa situação, assistia razão ao contribuinte, de modo que cabia ao fisco devolver o valor que recebera como multa.

- D Considere a seguinte situação hipotética.

Um contribuinte fraudou o fisco, mediante a inserção de elementos falsos na contabilidade, para suprimir o crédito correspondente a certo tributo. Não obstante, a fiscalização tributária descobriu a trama e aplicou-lhe as sanções adequadas. Pouco depois, sobreveio lei concedendo anistia aos devedores daquele tributo.

Nessa situação, a despeito do caráter geral das leis de anistia, o contribuinte em questão não poderá ser por ela beneficiado.

- E Receitas públicas decorrentes de operações de crédito autorizadas em leis específicas não precisam integrar a lei de orçamento.

QUESTÃO 31

De acordo com o art. 1.º, § 1.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF — Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000), a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, à geração de despesas, às dívidas consolidada e mobiliária, às operações de crédito, à concessão de garantia e à inscrição em restos a pagar. Em face da LRF, assinale a opção correta.

- A Apesar de a Constituição outorgar ao MP autonomia funcional e administrativa, o subsistema normativo da LRF também se aplica àquela instituição, assim como aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, aos tribunais de contas; na órbita federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é fundo sem personalidade jurídica, e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que é autarquia, são também submetidos às normas dessa lei complementar.
- B Se determinado município amazonense, por circunstâncias políticas locais, não houver aprovado lei municipal disciplinando a cobrança do imposto predial e territorial urbano (IPTU) — razão por que jamais o arrecadou —, o estado do Amazonas somente poderá fazer-lhe transferências voluntárias de recursos mediante compromisso formal do município de aprovar, no prazo de até seis meses, a legislação necessária à arrecadação daquele tributo.
- C Está vedada na LRF, salvo quanto à União, qualquer espécie de renúncia de receita, por meio de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- D Apesar de a LRF haver procurado conferir o que denominou transparência aos atos da administração pública — aí incluídos os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas desses documentos —, deixou de prever a divulgação desses atos e documentos por meio da Internet, que atualmente é considerada importante meio de participação popular nos atos de governo.
- E No caso de infração aos dispositivos da LRF, a atuação do MP limitar-se-á aos casos em que tenha havido, também, ofensa às normas penais do Código Penal, da Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei n.º 1.079/1950) ou do Decreto-lei n.º 201/1967, que disciplina a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.

QUESTÃO 32

Tibúrcio praticou um homicídio sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, com o uso de asfixia. Na ocasião, apesar de ser maior de dezoito e menor de 21 anos de idade, era reincidente. Confessou a autoria da infração penal perante a autoridade judiciária e no plenário do júri.

Julgue os itens que se seguem, relativos à situação hipotética apresentada e à legislação a ela pertinente.

- I Tibúrcio praticou um crime de homicídio privilegiado-qualificado.
- II O homicídio privilegiado-qualificado é crime hediondo, insuscetível de comutação de pena.
- III Caso Tibúrcio venha a ser condenado pelo júri popular, o juiz presidente deverá observar o critério trifásico na dosimetria da pena, sob pena de nulidade da sentença.
- IV De acordo com a jurisprudência dominante, a circunstância atenuante da menoridade relativa não é preponderante sobre as demais.
- V No caso de condenação de Tibúrcio, reconhecidas as atenuantes da menoridade e confissão espontânea, o juiz presidente poderá fixar a pena privativa de liberdade em quantidade inferior ao mínimo previsto no tipo.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. C II e IV. E IV e V.
B I e III. D III e V.

QUESTÃO 33

Acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a opção correta.

- A No caso de concurso de pessoas, o particular não responderá pelo crime de peculato, mesmo conhecendo a condição de funcionário público do agente.
- B No crime de peculato doloso, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença é causa de extinção da punibilidade.
- C Para a configuração do crime de prevaricação, é imprescindível que o funcionário público esteja no exercício da função relacionada ao ato praticado, omitido ou retardado.
- D O crime de concussão é material, consumando-se com o efetivo recebimento da vantagem indevida.
- E É dispensável, para a caracterização do crime de corrupção passiva, que a prática do ato tenha relação com a função do sujeito ativo — *ratione officii*.

QUESTÃO 34

Tício, com a intenção de subtrair dinheiro e valores de uma agência bancária, adentrou no seu interior empunhando um revólver e anunciou o assalto. Ante a reação de um dos clientes, Tício efetuou vários disparos e ceifou as vidas do cliente, de um vigia e de um caixa, evadindo-se do local, sem nada levar, em face da aproximação de policiais militares.

A partir da situação hipotética apresentada e da legislação a ela referente, assinale a opção correta.

- A Tício praticou um crime de latrocínio tentado.
- B Ocorrendo no latrocínio triplo homicídio, o concurso material de crimes estará configurado.
- C O latrocínio é crime hediondo, sendo vedada a progressão do regime prisional, mesmo tratando-se de fatos ocorridos antes da edição da Lei n.º 8.072/1990.
- D A Lei n.º 9.455/1997, que admite a progressão de regime de cumprimento da pena para o crime de tortura, não se aplica ao crime de latrocínio, apesar de ambos serem hediondos.
- E A pena reclusiva prevista para a hipótese do crime de latrocínio está sujeita ao acréscimo de um terço até a metade, se a violência é exercida com o emprego de arma.

QUESTÃO 35

A respeito das causas de extinção da punibilidade na legislação penal extravagante, assinale a opção correta.

- A Nos crimes de abuso de autoridade, a prescrição da pretensão executória das penas funcionais de perda de cargo e inabilitação funcional ocorre em dois anos.
- B Aos crimes eleitorais não são aplicáveis os princípios atinentes à prescrição contidos no Código Penal.
- C Nos crimes de imprensa, a prescrição da ação penal ocorre no prazo de dois anos, contados após a data da publicação ou transmissão incriminada, não se aplicando as causas interruptivas previstas no Código Penal.
- D A prescrição retroativa é aplicável em relação aos crimes descritos na Lei de Imprensa.
- E Em tema de crimes de imprensa, o pedido de explicações interrompe o prazo decadencial para a propositura da ação penal.

QUESTÃO 36

Álvaro e Hélio, previamente acordados e com unidade de desígnios, adentraram em uma residência para subtraírem objetos e valores. Com a chegada dos moradores, Álvaro conseguiu fugir com a *res furtiva* e Hélio foi preso em flagrante. Hélio tinha uma condenação anterior pela prática de lesão corporal culposa e Álvaro estava completando dezoito anos de idade naquele dia.

Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Hélio responderá pela prática do crime de furto qualificado tentado, eis que em momento algum teve a posse tranqüila e desvigiada da *res furtiva*.
- B Por estar completando dezoito anos de idade no dia do evento, Álvaro era penalmente inimputável.
- C A inimputabilidade do co-autor afasta a qualificadora do concurso de agentes no crime de furto.
- D Caso Hélio seja condenado a pena privativa de liberdade não-superior a quatro anos, a condenação anterior, por si só, será causa impeditiva da substituição da pena corporal por restritiva de direito.
- E Caso aconteça a concessão de *sursis* a um dos agentes, o juiz sentenciante deverá explicitar as razões pelas quais denegou a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta referente aos crimes contra a fé pública.

- A A imitação grosseira de uma cédula de cem reais, perceptível *ictu oculi*, configura o crime de moeda falsa.
- B A contrafação de fotocópia não-autenticada de uma cédula de identidade caracteriza o crime de falsificação de documento público.
- C Pratica o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica, no todo ou em parte, requerimento ou petição como ato meramente postulante.
- D O preenchimento de gabaritos em concurso de vestibular com a utilização de aparelhos transmissor e receptor de mensagem — cola eletrônica — tipifica o crime de falsidade ideológica.
- E Pratica o crime de uso de documento falso aquele que, instado por agente de autoridade de trânsito a apresentar os documentos do veículo e particular, exhibe carteira nacional de habilitação que sabe falsificada.

QUESTÃO 38

João associou-se em caráter específico e permanente com Poti, silvícola integrado e adaptado ao meio civilizado, para o tráfico ilícito de entorpecentes. Formada a *societas sceleris*, João e Poti foram presos em flagrante quando tinham em depósito, para mercancia, 1.200 kg de cocaína.

A partir da situação hipotética apresentada e de acordo com a legislação a ela pertinente, assinale a opção correta.

- A João e Poti não praticaram o crime de associação para o tráfico de entorpecentes, eis que, com o advento da Lei dos Crimes Hediondos, faz-se mister que a associação seja constituída, no mínimo, de quatro pessoas.
- B A associação para o tráfico de entorpecentes admite a progressão do regime prisional, por não se tratar de crime equiparado a hediondo.
- C João e Poti praticaram o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, com a causa especial de aumento de pena do concurso de agentes.
- D Por ser silvícola, Poti terá a sua inimputabilidade reconhecida.
- E Ocorrendo a condenação de um dos agentes pela prática do crime de tráfico de entorpecentes, sendo a pena privativa de liberdade imposta inferior a quatro anos, será possível a sua substituição por uma restritiva de direitos.

QUESTÃO 39

Com referência ao erro de tipo e às excludentes de antijuridicidade e culpabilidade, assinale a opção correta.

- A Age em legítima defesa putativa aquele que, já tendo tido sua casa invadida por ladrões, atira em um vulto que à noite se movia no quintal, supondo ser um deles, lesionando seu vizinho.
- B Caracteriza erro de proibição a conduta do agente que se apossa de coisa alheia móvel, supondo, nas circunstâncias, ter sido abandonada pelo proprietário — *res delericta*.
- C A obediência a ordens de superior hierárquico, como excludente de culpabilidade, refere-se também a subordinções empregatícia, familiar e religiosa.
- D Em crime de roubo cometido em concurso de agentes, resta configurada a excludente da coação moral irresistível se o agente, desempregado, age por aquiescência a mero convite do comparsa.
- E Dificuldades financeiras, desemprego, situação de penúria, por si sós, caracterizam a excludente de antijuridicidade do estado de necessidade no crime de furto.

QUESTÃO 40

Jair e Élder abordaram Áurea em uma parada de ônibus, levando-a à força até um matagal. Na brenha, enquanto Jair empunhava um revólver, Élder constrangeu Áurea a praticar felação e, posteriormente, cópula vagínica. Áurea era prostituta e Élder era casado.

Diante dessa situação hipotética e da legislação a ela associada, julgue os itens a seguir.

- I Élder responderá pelos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em continuidade delitiva.
- II Jair responderá pelos crimes perpetrados por Élder, em concurso de pessoas.
- III É irrelevante, à existência do crime de estupro, o fato de a vítima ser prostituta.
- IV Caso a ofendida fosse menor de quatorze anos de idade e não houvesse o constrangimento, a atual orientação do STF e do STJ é no sentido de que o estupro e o atentado violento ao pudor, com violência presumida, são crimes hediondos, devendo a pena privativa de liberdade ser cumprida integralmente em regime fechado.
- V No crime de atentado violento ao pudor, a condição de casado de Élder não ocasionará a exasperação da pena.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV. C II e III. E III e V.
- B I e V. D II e IV.

QUESTÃO 41

Acerca dos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a opção correta.

- A Por não ser infração penal de menor potencial ofensivo, o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor não comporta composição civil, transação penal e suspensão condicional do processo.
- B O condutor de um veículo automotor que, após atropelar por negligência um pedestre, sem risco pessoal, não lhe presta imediata assistência, vindo ele a falecer, responderá pelos crimes de homicídio culposo e omissão de socorro, em concurso material.
- C Em matérias de crimes de trânsito, é incabível a concorrência de culpas.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Mário, dirigindo veículo automotor, feriu culposamente Nelson, que veio a falecer pouco depois, não em consequência das lesões corporais sofridas, mas porque antes do acidente ingerira veneno.
Nesse caso, Mário responderá pelo crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- E Na dosimetria das penas nos crimes de trânsito, aplica-se a circunstância agravante que vier a integrar o tipo penal, a qualificar o crime ou constituir causa de aumento de pena.

QUESTÃO 42

No que tange à eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- A O Código de Processo Penal (CPP) adotou a regra da territorialidade da lei processual penal, com aplicação de todas as suas normas nos processos por crime de imprensa.
- B Considere a seguinte situação hipotética.
Brito praticou lesão corporal culposa; na ocasião, crime de ação penal pública incondicionada. Iniciada a persecução penal em juízo, adveio a Lei dos Juizados Especiais, e a infração penal passou a ser de ação penal pública condicionada.
Nesse caso, independentemente da anuência da vítima, o processo-crime terá andamento normal, vez que os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos.
- C Considere a seguinte situação hipotética.
Tício, policial militar, praticou homicídio contra um civil. Após ser denunciado perante a justiça castrense, entrou em vigor a Lei n.º 9.299/1996, que determina que os crimes dolosos contra a vida praticados por policial militar contra civil passam a ser da competência da justiça comum.
Nesse caso, a Lei n.º 9.299/1996 deve ser aplicada de imediato, com a remessa dos autos à justiça comum.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Amadeu, preso em flagrante pela prática do crime de extorsão mediante seqüestro, obteve regularmente liberdade provisória. Após a decisão, entrou em vigor a Lei dos Crimes Hediondos, que proíbe a concessão do benefício.
Nesse caso, caberá ao juiz cassar a liberdade provisória em razão da vedação superveniente.
- E O art. 366 do CPP, com a redação dada pela Lei n.º 9.271/1996, reza que, se o acusado, citado por edital, não comparecer ao interrogatório, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional. Nesse caso, aos processos em curso de réus revés citados por edital, que praticaram infrações penais antes da referida lei, aplicam-se a suspensão do processo e não a suspensão da prescrição.

QUESTÃO 43

No ano de 1997, Petrucio foi preso em flagrante no município de Careiro, após a prática de um homicídio qualificado. O auto de prisão foi lavrado pela autoridade policial do município vizinho, Itacoatiara. O defensor de Petrucio requereu a sua liberdade provisória, por este ser primário, ter bons antecedentes e residir no distrito da culpa. Julgado pelo tribunal do júri, Petrucio foi condenado à pena privativa de liberdade de doze anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, com recomendação à prisão onde se encontrava. Em face do Pacto de São José da Costa Rica, o réu requereu o direito de apelar em liberdade. Somente a defesa interpôs recurso, sob o argumento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. Nesse ínterim, por ter o sentenciado expiado um sexto da reprimenda, foi requerida a progressão para o regime semi-aberto.

Com base na situação hipotética apresentada e na legislação pertinente, assinale a opção correta.

- A Obrigatoriamente, sob pena de nulidade, o auto de prisão em flagrante tem de ter sido lavrado pela autoridade policial do local onde ocorreu a segregação do indiciado.
- B Por ser primário, não registrar antecedentes criminais e residir no distrito da culpa, Petrucio faz jus a liberdade provisória.
- C O Pacto de São José da Costa Rica, que instituiu a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assegura, de modo irrestrito, o direito de o condenado recorrer em liberdade.
- D O princípio constitucional da soberania do veredicto dos jurados exclui a recorribilidade de suas decisões.
- E Não será possível a progressão do regime prisional, vez que a pena privativa de liberdade imposta a Petrucio deverá ser cumprida integralmente no fechado, mesmo diante da omissão da expressão “integralmente” na sentença condenatória.

QUESTÃO 44

Acerca das ações penal e civil, assinale a opção correta.

- A O MP detém legitimidade para promover ação civil indenizatória *ex delicto* em favor de necessitado, se a sua intervenção decorre da inexistência de defensoria pública no estado.
- B A sentença criminal que absolve o réu em face da insuficiência de provas da autoria e materialidade da infração penal impede a propositura da ação civil, fazendo coisa julgada no juízo cível.
- C A errônea capitulação legal do crime na denúncia, com excesso na classificação, além de torná-la inepta, representa constrangimento remediável em *habeas corpus*.
- D O princípio da indivisibilidade aplica-se na ação penal pública incondicionada, não podendo o órgão do MP excluir da denúncia pessoas indiciadas no inquérito policial.
- E Por ter passado a ser garantia constitucional, a ação privada subsidiária da pública pode ser intentada pelo ofendido após despacho do juiz, determinando o arquivamento de inquérito policial, a requerimento do promotor de justiça.

QUESTÃO 45

Costa, prefeito de determinado município, desviou, deles apropriando-se, recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados e fiscalizados pelo Ministério da Saúde, por meio de seu sistema de auditoria. Ainda durante o mandato de prefeito, Costa contratou Raimundo, pistoleiro da região, que, após receber a importância de três mil reais, ceifou a vida de um adversário político do mandante.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- I O tribunal de justiça será competente para processar e julgar Costa pelo desvio das verbas do SUS.
- II O tribunal de justiça será competente para processar e julgar Costa pelo crime de homicídio.
- III A competência para presidir os inquéritos policiais contra Costa será da autoridade policial — delegado de polícia — do município em questão.
- IV O tribunal do júri será competente para processar e julgar Raimundo pelo crime de homicídio.
- V Mesmo que as ações penais contra Costa sejam iniciadas após a cessação do seu mandato de prefeito, de acordo com o atual entendimento do STF, prevalecerá(ão) a(s) competência(s) especial(is) por prerrogativa da função.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 46

O órgão do MP ofertou denúncia em desfavor de Artur, sentenciado que cumpria pena em outra unidade da Federação. O juiz recebeu a vestibular acusatória e determinou que o interrogatório fosse efetuado por precatória. No juízo deprecado, verificou-se a ausência do defensor no interrogatório. A defesa prévia foi apresentada quinze dias após a intimação do defensor do réu para tal. Apesar de intimado, o representante do *parquet* não compareceu à audiência de inquirição de testemunhas, que mesmo assim foi realizada.

Nessa situação hipotética,

- A diante do princípio da identidade física do juiz, o interrogatório do réu não poderia ter sido deprecado.
- B era imprescindível a presença do defensor do réu no interrogatório, em face do princípio do contraditório e por ser o ato processual meio de prova e de defesa.
- C a realização de audiência de instrução sem a presença do órgão do MP, devidamente intimado para o ato, não malfere o princípio constitucional do contraditório.
- D expirado o tríduo legal para a apresentação da defesa prévia, não há cerceamento de defesa no ato do magistrado que a indefere.
- E as nulidades porventura ocorridas durante a instrução criminal poderão ser argüidas a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, não ocorrendo preclusão.

QUESTÃO 47

A respeito do MP no processo penal, assinale a opção correta.

- A O princípio da unidade e da indivisibilidade do MP implica vinculação de pronunciamentos de seus órgãos no processo que oficiarem, não podendo ocorrer mudanças de orientação.
- B Na fase judicial, não pode servir como testemunha membro do MP que tenha exercido função própria do *parquet* no inquérito policial, componente do mesmo processo-crime.
- C Na fase inquisitorial, a atuação do órgão do MP o incompatibiliza para o exercício da correspondente ação penal.
- D Por falta de indeclinável interesse, o MP não tem legitimidade para recorrer em favor do réu.
- E Como fiscal da lei e de sua execução, o MP tem legitimidade para requerer *habeas corpus* para defender interesse próprio da acusação contrariado pela decisão atacada.

QUESTÃO 48

O órgão do MP ofereceu denúncia e requereu, fundamentadamente, a decretação da prisão preventiva de Xisto, que foragiu-se do distrito da culpa tão logo foi descoberto o crime perpetrado. O juiz recebeu a exordial acusatória e, fundamentado no requerimento do *parquet*, decretou a custódia cautelar do réu. O defensor de Xisto, alegando a primariedade e os bons antecedentes deste, requereu a revogação do decreto.

Em face dessa situação hipotética e da legislação correlata, assinale a opção correta.

- A Na situação em apreço, a simples fuga do réu do distrito da culpa não justifica o decreto de prisão preventiva.
- B Se o juiz indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, caberá recurso em sentido estrito.
- C A primariedade, os bons antecedentes e a residência no distrito da culpa, por si sós, afastam a possibilidade de decretação da prisão preventiva.
- D Ao decretar a prisão preventiva, o magistrado agiu corretamente ao adotar, como razões de decidir, os fundamentos do requerimento formulado pelo órgão do MP.
- E O magistrado, caso acolha o requerimento de revogação da prisão preventiva, não poderá restabelecê-la, mesmo diante da ocorrência de fatos novos supervenientes.

QUESTÃO 49

Ao receber os autos de inquérito policial, o órgão do MP estadual apresentou denúncia contra Tibúrcio, imputando-lhe a prática de um crime de peculato doloso. O juiz estadual recebeu imediatamente a denúncia, sem notificar o réu para responder por escrito. Durante a instrução do processo, ficou comprovado que o sujeito passivo do crime era a Caixa Econômica Federal.

De acordo com essa situação hipotética e com a legislação a ela pertinente, assinale a opção correta.

- A A competência *ratione materiae* é relativa, convalidando se não for argüida no momento oportuno.
- B Sendo o sujeito passivo da infração penal empresa pública federal, a competência para processar e julgar o feito será da justiça federal.
- C Conforme entendimento jurisprudencial, tratando-se de incompetência *ratione materiae*, não é possível a ratificação da denúncia no juízo competente.
- D Na hipótese considerada, de acordo com a orientação jurisprudencial majoritária, seria imprescindível a notificação do denunciado para a apresentação de resposta escrita, mesmo tendo a denúncia sido lastreada em inquérito policial.
- E Consoante jurisprudência prevalecente, é causa de nulidade absoluta a inobservância da formalidade da notificação do denunciado para a apresentação de defesa preliminar.

QUESTÃO 50

Considerando a orientação do STJ, julgue os seguintes itens, concernentes às disposições processuais dos juizados especiais criminais.

- I A eventual divergência entre o órgão do MP e o juiz de direito acerca da concessão do *sursis* processual se resolve, na hipótese de recusa da proposta, na remessa dos autos ao procurador-geral.
- II O descumprimento injustificado das condições impostas pelo magistrado por ocasião da suspensão condicional do processo acarreta a revogação do benefício, com o conseqüente prosseguimento da ação penal.
- III No caso de concurso material de crimes, as penas mínimas não são somadas para fins de concessão da suspensão condicional do processo.
- IV Para a verificação dos requisitos da suspensão condicional do processo, a majorante do crime continuado não deve ser computada.
- V O descumprimento do acordo pelo autor do fato delituoso, após a homologação da transação penal, faz que o órgão do MP instaure a ação penal, oferecendo denúncia.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. C II e III. E IV e V.
- B I e V. D III e IV.

QUESTÃO 51

Acerca dos recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- A A apresentação das razões recursais extemporaneamente acarreta o não-conhecimento da apelação, mesmo que tenha sido interposta no quinquídio legal.
- B Não se conhece recurso de apelação interposto pelo MP por cota nos autos.
- C No recurso em sentido estrito, é facultado ao recorrente arrazoar na instância superior.
- D O assistente de acusação não tem legitimidade para interpor recurso de apelação que objetive agravar a pena imposta ao réu.
- E A interposição de recurso especial, bem como de extraordinário, não dá efeito suspensivo à decisão condenatória e não impede, por essa razão, a execução provisória do julgado após ser confirmado em segundo grau de jurisdição.

QUESTÃO 52

O casal Marcos e Sebastiana possuía três filhos, sendo que o caçula, Brito, faleceu, deixando uma filha, Marciana.

Com base na situação hipotética apresentada, acerca da herança do casal Marcos e Sebastiana, é correto afirmar que

- A Marciana não é herdeira.
- B os tios deverão receber, cada um, metade dos bens deixados.
- C Marciana teria direito a herdar, caso Brito não tivesse morrido.
- D Marciana tem direito a herdar, mas seu quinhão hereditário será a metade do de seus tios.
- E Marciana tem direito a herdar, juntamente com os tios, pois o direito de representação dá-se na linha reta descendente.

QUESTÃO 53

Tereza, solteira, conviveu por mais de cinco anos com Flávio, casado, até o momento em que esta deu à luz ao filho comum Alexandre. Nesse momento, Flávio resolveu assumir a relação com Tereza e abandonou a sua esposa Fernanda.

Em face da situação hipotética apresentada e perante o ordenamento civil, assinale a opção correta.

- A Entre Tereza e Flávio sempre existiu uma relação de união estável.
- B Alexandre não tem direito a alimentos pelo fato de Flávio estar casado com Fernanda.
- C Para se casar com Tereza, basta que Flávio se separe judicialmente de Fernanda.
- D Nesse caso, Flávio poderia ter, temporariamente, de forma lícita, duas esposas — Tereza e Fernanda.
- E Alexandre pode pleitear alimentos de Flávio, mesmo se Flávio tiver outros filhos com Fernanda.

QUESTÃO 54

João e Maria estão separados judicialmente há cerca de três anos, estando João regularmente em dia com as obrigações fixadas por ocasião da sentença que homologou a separação consensual do casal, ou seja, a de dar pensão a Maria e aos seus dois filhos menores. Maria, após a separação, uniu-se a Carlos, que trabalha e tem renda suficiente para sustentar Maria e os seus dois filhos menores.

Considerando essa situação hipotética e com relação à legislação civil, assinale a opção correta.

- A Caso João deixe de pagar pensão para os filhos, sem que haja revisão judicial dos alimentos, não poderá, em nenhuma hipótese, ser preso por dívida civil.
- B Os filhos menores, com a união da sua mãe com Carlos, automaticamente, não têm mais direito a receber pensão.
- C A situação da pensão estabelecida na separação judicial não poderá ser mudada, por ser irrecorrível após o trânsito em julgado da sentença de separação judicial.
- D João pode pleitear judicialmente a redução da pensão alimentícia paga a Maria.
- E João e Maria não precisam divorciar-se para que esta se case com Carlos.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta no que se refere às pessoas naturais e às pessoas jurídicas.

- A A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- B O início da personalidade da pessoa jurídica dá-se com a elaboração de seus atos constitutivos.
- C O *de cujus* possui personalidade até a abertura da sucessão.
- D Desconsideração da pessoa jurídica e extinção da pessoa jurídica são termos equivalentes.
- E A emancipação pode ser concedida pelo pai e pela mãe, se o menor tiver, pelo menos, dezesseis anos.

QUESTÃO 56

Pedro, devedor, com o intuito de salvar determinados bens da execução judicial de seus credores, entregou-os a um amigo de confiança que, após um ano, conforme previamente combinado, devolverá os bens a Pedro. Com a afirmativa a seus credores da venda de tais bens, Pedro não se tornou insolvente.

Com relação aos defeitos do ato jurídico, nessa situação hipotética ocorreu

- A coação.
- B simulação.
- C dolo.
- D fraude contra credores.
- E lesão.

QUESTÃO 57

Bento e Lúcio, respectivamente, credor e devedor, contrataram a venda de um carro que já foi entregue por Bento, estipulando, por meio de obrigações alternativas, que o pagamento poderá ser feito por meio de dinheiro ou pela entrega de cabeças de gado. O contrato não estipula a quem caberá a escolha da forma de pagamento.

Nessa hipótese, perante o Código Civil a escolha caberá

- A a Bento, unicamente.
- B ao credor ou ao devedor.
- C a Lúcio, unicamente.
- D ao juiz da Comarca.
- E a terceiro a ser indicado por Bento e Lúcio.

QUESTÃO 58

Proposta, perante a Vara Cível, ação para reconhecimento e dissolução de união estável, com a conseqüente partilha de bens, o juiz julgou procedente o pedido, determinando a partilha dos bens adquiridos durante a convivência das partes. Antes do trânsito em julgado, sobreveio a Lei n.º 9.278/1996, que, em seu art. 9.º, dispôs que toda a matéria relativa à união estável é de competência do juízo da Vara de Família. A parte vencida apelou tão-somente para alegar a incompetência do juízo prolator da decisão, ao mesmo tempo que suscitou conflito negativo de competência, pleiteando a anulação da sentença e a remessa dos autos para o juízo de família, agora competente, *ratione materiae*, para o julgamento da causa.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O conflito de competência deverá ser não-conhecido e a apelação improvida, mantendo-se a sentença de primeiro grau, que não poderá ser modificada sob fundamento de incompetência do juízo, pois a lei nova não retroage para alcançar os atos praticados anteriormente à sua vigência.
- B A hipótese não comporta argüição de conflito de competência, que deve, por isso, ser não-conhecido, mas a apelação deverá ser provida para determinar a remessa dos autos ao juízo de família para ratificar a decisão proferida pelo juízo cível, sem o que, esta não transitará em julgado.
- C Falta, ao vencido, interesse em recorrer ou suscitar o conflito, já que o próprio juiz prolator da decisão poderá anulá-la, determinando a remessa dos autos ao juízo competente, independentemente de recurso da parte, por tratar-se de hipótese de competência absoluta.
- D O tribunal deve dar provimento ao conflito suscitado pela parte, anulando a sentença e determinando a remessa do feito ao juízo de família, ficando, assim, prejudicada a apelação por falta superveniente de interesse em recorrer.
- E O tribunal deverá determinar o apensamento da apelação e do conflito, por serem medidas conexas, proferindo um só acórdão, cassando a sentença por incompetência superveniente do juízo e remetendo os autos ao juízo competente.

QUESTÃO 59

Em relação às partes e à intervenção de terceiros no processo, assinale a opção **incorreta**.

- A O terceiro hipotecante (interveniente garante), que não figure na relação processual originária, pelo fato de a execução ter sido dirigida contra o devedor, tem legitimidade para opor embargos de terceiro.
- B O falecimento do autor é causa de extinção do processo, facultando-se ao espólio, após o trânsito em julgado da sentença que extinguir o feito, propor nova ação para buscar o direito pleiteado pelo *de cujus*.
- C O MP tem legitimidade para propor ação de investigação de paternidade (Lei n.º 8.560/1992), agindo, na hipótese, como substituto processual do investigante.
- D O espólio, representado pela inventariante meeira, é parte legítima para responder à ação de dissolução de sociedade de fato proposta pela concubina do falecido.
- E É cabível a denúncia da lide ao causador direto do dano, preposto de empresa concessionária pública, quando esta é demandada em ação de reparação de danos.

QUESTÃO 60

Em execução ajuizada pelo banco credor, perante o juízo de direito, fundada em cédula rural hipotecária, o executado opôs embargos e exceção de incompetência do juízo, pleiteando a remessa dos autos à justiça federal sob o fundamento de existir conexão entre a execução e a ação anulatória do título executado, anteriormente lá ajuizada, tendo no pólo passivo, além do excepto (banco credor), a União Federal e o Banco Central do Brasil. O juiz de direito julgou procedente a exceção pela continência entre a execução e a ação ordinária, determinando a remessa dos autos à justiça federal. Dessa decisão, apelou o exequente, não tendo o tribunal conhecido do apelo, por erro inescusável. Remetidos os autos à justiça federal, o juiz suscitou conflito negativo de competência, alegando ser a justiça federal incompetente para processar a execução por inexistir na execução qualquer das hipóteses ou pessoas que figuram nos incisos do art. 109 da Constituição da República.

Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- I O tribunal não conheceu do recurso porque o mesmo era incabível na hipótese.
- II A decisão do tribunal, ao manter a decisão monocrática, julgou o mérito da questão recorrida, entendendo ser competente a justiça federal para processar o feito.
- III Não há prorrogação da competência da justiça federal se, em uma das causas conexas, não participa ente federal.
- IV A ação anulatória, ajuizada perante a justiça federal, encerra questão prejudicial para a continuidade da execução e o julgamento dos embargos do devedor, podendo ensejar a suspensão destes segundo o art. 265 do Código de Processo Civil.
- V O juiz federal de primeira instância não poderia ter suscitado o conflito negativo de competência porque a matéria já havia sido decidida em grau de recurso pelo tribunal de justiça.
- VI A competência para julgar o conflito é do STJ.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens II, V e VI estão certos.
- C Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens I, III, IV e VI estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 61

Proposta ação de indenização por danos materiais na qual o autor pleiteava a condenação do réu ao pagamento de R\$ 200.000,00, o juiz, após a instrução do processo, entendendo que a hipótese comportava também a condenação por danos morais, decorrentes da prática do mesmo fato, julgou procedente o pedido e condenou o réu ao pagamento de R\$ 80.000,00 a título de indenização por danos materiais e R\$ 100.000,00 por danos morais. Irresignado, o réu apelou da sentença, alegando, preliminarmente, julgamento *extra petita* e, no mérito, sustentando não ter sido responsável pelo dano sofrido pelo autor.

Nessa situação hipotética,

- I a sentença recorrida não caracterizou julgamento *extra petita*, porque o valor total da condenação do réu não ultrapassou o pedido da inicial, ficando, inclusive, aquém do que foi pleiteado.
- II o autor pode, transcorrido o prazo para interpor apelação, ao ser intimado para ofertar contra-razões ao recurso do réu, interpor apelação adesiva, pleiteando o aumento da verba devida a título de danos materiais.
- III se o tribunal reconhecer a existência de julgamento *extra petita*, poderá corrigir a sentença, retirando a parte da condenação que não foi objeto do pedido do autor.
- IV o tribunal, ao julgar a apelação, pode cassar a sentença e determinar que o juízo *a quo* repita a produção da prova, se entender que o processo foi mal instruído, ainda que as partes não tenham se insurgido quanto a essa questão.
- V se somente o réu apelar, o tribunal estará impedido de aumentar a verba devida a título de danos materiais, ainda que entenda que a prova dos autos demonstre que os danos materiais sofridos pelo autor alcançaram o valor de R\$ 200.000,00, como pleiteado na inicial.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 62

Processo falimentar, quando há interesse da União Federal perante a massa falida, e ação civil pública proposta contra sociedade de economia mista são julgadas, respectivamente,

- A pelo juiz federal do local em que for sediado o estabelecimento comercial e pelo juiz federal do local em que ocorrer o dano.
- B pelo juiz federal da capital do estado em que for sediado o estabelecimento comercial e pelo juiz de direito do local em que ocorrer o dano.
- C pelo juiz de direito do local em que for sediado o estabelecimento comercial e pelo juiz de direito do local em que ocorrer o dano.
- D pelo juiz federal da capital do estado em que for sediado o estabelecimento comercial e pelo Tribunal Regional Federal, pois os presidentes de sociedades de economia mista possuem foro privilegiado.
- E pelo juiz de direito do local em que for sediado o estabelecimento comercial e pelo tribunal de justiça, tendo em vista o foro privilegiado dos presidentes de sociedades de economia mista.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta.

- A A competência da justiça federal é definida em lei complementar.
- B Instalada Junta de Conciliação e Julgamento, cessa a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.
- C A denunciação da lide à União Federal, em ação proposta perante juiz estadual, torna o juiz federal competente para julgar a lide que se forma entre denunciante e denunciado, mas o juiz estadual continua competente para julgar a lide principal.
- D A conexão determina a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado.
- E O juiz pode, de ofício, declarar sua incompetência relativa quando se tratar de causas que versem sobre direito indisponível.

QUESTÃO 64

Assinale a opção correta.

- A O MP só tem legitimidade para ingressar no feito para atuar como curador de incapaz se o menor estiver no pólo passivo da demanda; se o menor for autor, será representado ou assistido por seu representante legal.
- B Nas ações movidas contra a fazenda pública, o MP exerce a defesa da pessoa jurídica de direito público.
- C São condições da ação: a possibilidade jurídica do pedido, a capacidade de ser parte e a capacidade de estar em juízo.
- D A fazenda pública tem prazo em dobro para interpor recurso adesivo, mas tem o prazo simples de dez dias para opor embargos do devedor, quando estiver sendo executada.
- E O usucapião pode ser deduzido como matéria de defesa, desde que o réu o faça por meio de reconvenção.

QUESTÃO 65

Em relação à ação cautelar, assinale a opção **incorreta**.

- A É sempre requerida em processo autônomo, seja preparatório, seja incidental ao processo principal.
- B Admite, excepcionalmente, concessão de liminar *inaudita altera pars*.
- C Tem caráter instrumental, pois visa garantir a utilidade do processo principal.
- D Não se confunde com a tutela antecipada, pois esta visa antecipar o próprio provimento de mérito buscado no processo de conhecimento.
- E A decisão que julga a cautelar é impugnável por agravo de instrumento, pois não põe fim à lide, que será decidida no processo principal.

QUESTÃO 66

Assinale a opção correta.

- A O recurso especial, diferentemente do extraordinário, dispensa o requisito do prequestionamento da matéria recorrida.
- B Os recursos extraordinário e especial são admissíveis ainda que o acórdão recorrido assente sobre fundamento suficiente não-impugnado.
- C É cabível recurso extraordinário contra decisão que julga recurso especial, se acórdão do STJ violar dispositivo constitucional.
- D É cabível recurso especial para interpretar cláusula de contrato ao qual aderiu o consumidor.
- E São cabíveis recursos extraordinário e especial contra acórdão que, por maioria, julgar apelação cível em ação de separação judicial.

QUESTÃO 67

Em relação ao mandado de segurança, assinale a opção **incorreta**.

- A O recurso cabível contra decisão concessiva de mandado de segurança impetrado originariamente em segunda instância é o ordinário.
- B Não são cabíveis embargos infringentes contra acórdão que, em mandado de segurança, julgue apelação por maioria de votos.
- C O mandado de segurança pode ser interposto contra ato emanado de pessoas privadas, se o praticarem em razão de delegação do poder público.
- D A pessoa jurídica de direito público a quem se vincula a autoridade que praticou o ato impugnado é parte no mandado de segurança.
- E No mandado de segurança, não é admissível condenação em honorários advocatícios.

QUESTÃO 68

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os seguintes itens.

- I Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional será processado sem defensor.
- II No âmbito da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos, os valores da multa reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.
- III A morte dos adotantes necessariamente restabelece o pátrio poder dos pais naturais.
- IV Em algumas hipóteses, a adoção é revogável.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 69

De acordo com o ECA,

- A considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade completos.
- B considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção.
- C o adolescente que cometer um ato infracional não poderá ser privado de sua liberdade.
- D os adolescentes são imputáveis penalmente.
- E atos praticados pela criança não podem ser classificados como atos infracionais.

QUESTÃO 70

Jânio, de doze anos de idade, dirigindo embriagado, atropelou e matou Carla, maior de vinte e um anos, filha única que sustentava seu pai e sua mãe.

Na situação hipotética apresentada,

- A os pais de Jânio, em nenhuma hipótese, têm obrigação de indenizar os familiares de Carla.
- B Jânio poderá responder por ato infracional.
- C Jânio poderá ser privado de sua liberdade em razão de o ato cometido se constituir crime previsto no Código Brasileiro de Trânsito.
- D há a figura da responsabilidade penal de Jânio.
- E aplicar-se-ia o ECA, se Jânio tivesse dezenove anos de idade.

QUESTÃO 71

José, menor de seis anos de idade, com pais falecidos, foi adotado pelo casal Ari e Izabel, que à época possuía um filho oriundo de seu casamento, de nome Lucas, com dois anos de idade.

Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Ari e Izabel poderão desistir da adoção, caso haja problema de relacionamento entre José e Lucas.
- B Na certidão de nascimento de José, será feita anotação indicando que o mesmo é filho adotivo e não natural do casamento de Ari e Izabel.
- C Em caso de morte de Ari e Izabel, só Lucas será herdeiro necessário.
- D A adoção descrita é regulada unicamente por dispositivos do Código Civil, em face de os adotantes serem casados.
- E José e Lucas, com a adoção, tornaram-se irmãos, com os mesmos direitos sucessórios.

QUESTÃO 72

No âmbito do ECA, ao MP **não** compete

- A conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- B promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- C impetrar mandado de segurança na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
- D aplicar a medida infracional adequada para o ato infracional cometido.
- E requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas.

QUESTÃO 73

Com base no disposto no ECA, julgue os itens a seguir, acerca da justiça da infância e da adolescência, do conselho tutelar e da remissão.

- I O conselho tutelar é órgão provisório, não-jurisdicional, cujos membros são investidos no cargo por concurso público.
- II A autoridade judicial referida no ECA é o juiz da infância e da juventude competente pela lei de organização judiciária local.
- III Antes de iniciado o procedimento para a apuração de ato infracional, o MP poderá conceder a remissão.
- IV A medida aplicada por força da remissão não é passível de revisão.

Estão certos apenas os itens

- A I e III. C II e III. E II, III e IV.
- B I e IV. D I, II e IV.

QUESTÃO 74

Manoel, que se encontrava em seu domicílio, foi surpreendido pela inesperada visita de comerciante ambulante de enciclopédia. O vendedor, após demonstração da qualidade do produto e de sua importância, convenceu Manoel a celebrar o acordo, sendo o pagamento realizado à vista. Dentro do prazo firmado, a enciclopédia foi entregue a Manoel. Dois dias após o recebimento do produto, Manoel buscou junto ao vendedor o desfazimento do acordo.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Manoel terá direito de desfazer o negócio somente se demonstrar que o produto contém vício.
- B O direito de Manoel de desfazer o negócio não existe. Ele poderá, no entanto, obter ressarcimento pelo dano sofrido, caso demonstre a ocorrência do prejuízo.
- C O vendedor não estará obrigado a desfazer o negócio se demonstrar que não existe qualquer vício no produto.
- D Tratando-se de negócio celebrado fora de estabelecimento comercial, não se aplica a ele o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), sendo o contrato regido pelo direito comum.
- E Ainda que o vendedor demonstre que não existe vício no produto, Manoel possui o direito de desistir do negócio celebrado, devendo ser-lhe restituído o dinheiro pago.

QUESTÃO 75

Caio adquiriu da Importadora Manaus Ltda. aparelho de microondas importado. Em sua primeira utilização, o produto explodiu, causando ferimentos em Caio.

Com relação à situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A A importadora Manaus somente será obrigada a ressarcir os prejuízos decorrentes dos ferimentos sofridos por Caio se houver condenação criminal dos administradores do fornecedor.
- B A importadora poderá ser obrigada a entregar novo produto ou a devolver a quantia paga, a seu critério. Será igualmente obrigada a indenizar Caio pelos prejuízos decorrentes da explosão, independentemente de demonstração de culpa.
- C O dever da importadora de indenizar o prejuízo decorrente dos ferimentos sofridos por Caio caracteriza o vício do produto.
- D A responsabilidade da importadora pelos vícios do produto independe de culpa; ela somente será obrigada a indenizar os prejuízos decorrentes do fato do produto se Caio provar a culpa da importadora.
- E A Importadora Manaus responde, independentemente de culpa, pelos vícios do produto e pelo fato do produto.

QUESTÃO 76

Por intermédio de publicidade veiculada pela televisão, determinada empresa apresentou aos consumidores produto novo que, nos termos divulgados, seria a salvação para os calvos e carecas. Informou que o referido produto foi desenvolvido após longos anos de pesquisa científica. Comunicou, ainda, que a venda seria feita por via postal. Determinado consumidor, após efetuar o pagamento, recebeu uma peruca.

A hipótese descrita caracteriza

- A publicidade desleal.
- B publicidade enganosa.
- C publicidade abusiva.
- D exagero lícito no meio publicitário.
- E situação que somente poderá ser considerada irregular após manifestação do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR).

QUESTÃO 77

Em face do que dispõe o CDC acerca da defesa dos interesses ou direitos individuais homogêneos, julgue os itens que se seguem.

- I São considerados interesses ou direitos individuais homogêneos os decorrentes de origem comum.
- II O MP, quando não ajuizar ação coletiva para a proteção desses direitos, atuará sempre como fiscal da lei.
- III Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas na hipótese de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas ou seus sucessores.
- IV Esses interesses ou direitos poderão ser protegidos por ações coletivas propostas pela administração pública, desde que a autora seja entidade pública dotada de personalidade jurídica própria.
- V A proteção desses interesses ou direitos somente poderá ser feita por meio de ações coletivas.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e V.
- E II, IV e V.

QUESTÃO 78

Em determinado contrato de compra e venda de imóvel cujo pagamento seria efetuado em prestações, constam cláusulas segundo as quais, após a entrega do bem, a construtora somente poderá ser chamada a responder por eventuais prejuízos se for comprovada a sua culpa e, em segundo lugar, determinando a perda total das parcelas pagas pelo comprador, caso este venha a pleitear a resolução do contrato.

Considerando a incidência do CDC na situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A Trata-se de contrato a ser regido exclusivamente pelo Código Civil, não lhe sendo aplicável o CDC, haja vista tratar de bem imóvel.
- B O contrato será disciplinado pelo CDC, sendo nulo de pleno direito em face das cláusulas contratuais descritas.
- C O contrato, ainda que regido pelo CDC, será válido. Somente as cláusulas citadas serão consideradas nulas.
- D O contrato será considerado válido. As cláusulas do contrato, desde que redigidas com o devido destaque, haja vista serem restritivas de direito do consumidor, serão igualmente válidas.
- E A situação descrita somente será disciplinada pelo CDC se houver a intermediação de empresa incorporadora de imóvel, haja vista as construtoras não serem consideradas fornecedoras de bens ou serviços para fins de incidência do CDC.

Para responder às questões de **79 a 82**, quando for aplicável lei específica, considere exclusivamente a lei cabível, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dela com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 79

O homem é um eterno fazedor de desertos, exclamou certa vez, indignado, Euclides da Cunha. É um grande depredador, devastando áreas enormes do revestimento florestal da terra, abrindo clareiras que necessitam ser resgatadas com a formação de novas matas e florestas. A agricultura deve estar, assim, sempre ligada com a proteção à terra, resguardando o homem e os seres vivos contra a poluição ambiental, a morte dos rios, o envenenamento das águas e do ar, a extinção das espécies vivas, tanto animais quanto vegetais.

Pinto Ferreira. Curso de direito agrário. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 8 (com adaptações).

Relativamente ao direito agrário, assinale a opção correta.

- A Se uma propriedade rural atender às exigências legais concernentes à produtividade e às relações trabalhistas, mas descumprir requisitos pertinentes à proteção do ambiente, seu dono poderá sofrer sanções previstas na legislação ambiental, mas isso não poderá ser fundamento para a desapropriação destinada à reforma agrária.
- B Devido ao interesse social que fundamenta o programa de reforma agrária e por força da necessidade de que sejam economicamente viáveis, os imóveis desapropriados para reforma agrária não se sujeitam às normas ambientais de restrição do uso da propriedade.
- C A despeito de o crédito rural funcionar como instrumento de caráter financeiro para a implementação da política agrícola, sua concessão deverá considerar, entre outros aspectos, a proteção do ambiente.
- D O fato de certo imóvel não ser passível de desapropriação para fins de reforma agrária exclui também a possibilidade de ele ser alvo de medidas estatais na área da política agrária.
- E Se uma propriedade rural desmatar sua cobertura florística natural e, em lugar dela, implantar projeto de reflorestamento exclusivamente com espécies vegetais destinadas a determinado fim econômico, o fato de ter havido reposição vegetal faz considerar-se preservado o ambiente, do ponto de vista da legislação agrária.

QUESTÃO 80

Com referência ao direito agrário, assinale a opção correta.

- A O maior obstáculo jurídico à reforma agrária no direito brasileiro consiste no conceito constitucional de propriedade privada, que é juridicamente incompatível com a política agrícola.
- B A requisição da propriedade privada é um dos mecanismos do direito agrário, com sede constitucional, destinado à implantação da política agrária.
- C Um dos princípios do direito agrário consiste em utilizar terras privadas na medida estritamente necessária à implantação de projetos de colonização, de maneira a interferir o mínimo possível na estrutura fundiária do país.
- D Um dos conceitos básicos do direito agrário é o de módulo rural, que corresponde a determinada quantidade de terra destinada à produção, com área específica e fixada em certo número predeterminado e invariável de hectares, válido para todas as regiões do país.
- E Um dos aspectos essenciais que distinguem o conceito de reforma agrária do de política agrícola, no ordenamento jurídico brasileiro, consiste em que a primeira tem como um de seus principais instrumentos a desapropriação de terras que se enquadrem em determinado perfil legal.

QUESTÃO 81

No que respeita ao crédito rural e às terras devolutas, julgue os itens seguintes.

- I Devido à finalidade do crédito rural de servir como instrumento da política agrícola para estimular a produção agropecuária, a concessão dele pode realizar-se independentemente da capacidade econômica do tomador de pagar o mútuo.
- II Em razão das peculiaridades do crédito rural no universo das operações de crédito das instituições financeiras e da origem pública dos recursos destinados às linhas de crédito, essas operações devem realizar-se sem a cobrança de remuneração do capital emprestado pelo estabelecimento de crédito, isto é, sem a previsão de que a dívida vença juros.
- III Com a finalidade de propiciar mais eficiente execução da política agrícola, o crédito rural pode destinar-se a financiar não somente o custeio, por meio das despesas de produção agrícola ou pecuária, mas também, em certas circunstâncias, o investimento em bens e serviços destinados à produção, a comercialização e a industrialização de produtos agropecuários.
- IV Apesar de o crédito rural ser um dos instrumentos da política agrícola, cuja execução está preponderantemente a cargo do poder público, entes privados do sistema financeiro nacional também têm responsabilidade pelo financiamento, com recursos próprios, do crédito rural.
- V A ação discriminatória é o remédio processual adequado para propiciar, em um só julgamento, a identificação de terras devolutas em juízo e a destinação delas à reforma agrária.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. C II e III. E IV e V.
B I e V. D III e IV.

QUESTÃO 82

Com referência ao direito agrário, assinale a opção correta.

- A Um imóvel de propriedade do poder público que não esteja aplicado a nenhum uso público mas que se encontre apenas ocupado por particular não pode ser juridicamente considerado terra devoluta.
- B A imóvel validamente incorporado ao patrimônio privado pode aplicar-se, em certas circunstâncias, o regime jurídico das terras devolutas.
- C O estímulo à cidadania por meio do direito agrário tem como principal mecanismo o caráter extrafiscal do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).
- D A finalidade precípua do crédito rural consiste em propiciar apoio econômico à atividade agrária, razão por que, de um ponto de vista sociojurídico, não é correto afirmar que o crédito rural tenha como escopo promover o fortalecimento da cidadania.
- E Se em uma propriedade rural a exploração econômica apresentar condições que resultem em frequência elevada de acidentes de trabalho, essa realidade poderá servir como fundamento para a desapropriação da terra, se associada à presença de outros requisitos jurídicos.

QUESTÃO 83

A sociedade comercial Pedras da Amazônia Ltda., registrada na junta comercial de Manaus em 15/5/2000, protocolou requerimento de concordata preventiva no dia 15/6/2001.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O juiz deverá decretar a falência da sociedade.
- B O requerimento deverá ser julgado improcedente, devendo ser arquivado o processo.
- C A concordata somente será concedida se credores que representem dois terços dos créditos quirografários manifestarem-se favoravelmente ao pleito.
- D A concordata será concedida, independentemente da concordância dos credores, caso a sociedade não possua títulos protestados por falta de pagamento.
- E A concordata será concedida, desde que a sociedade não tenha falido, ou se o foi, se suas obrigações tiverem sido declaradas extintas.

QUESTÃO 84

Está legitimado a requerer a falência

- I o credor com garantia real, desde que renuncie à garantia, ou, querendo mantê-la, consiga provar que os bens do devedor não bastam para a solução do seu crédito.
- II somente o comerciante, de fato ou de direito.
- III o credor que apresente o título de seu crédito, ainda que não vencido.
- IV o sócio, ainda que comanditário.
- V o credor que não tenha domicílio no país, independentemente de qualquer caução.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III. C I, III e IV. E III, IV e V.
B I, II e V. D II, IV e V.

QUESTÃO 85

Na falência, o MP atua na qualidade de curador da massa falida, devendo zelar pela legalidade dos atos praticados no curso do processo. Em diversas oportunidades, o MP é chamado a manifestar-se ou a propor ações. No âmbito do processo falimentar, **não** se insere na competência do MP

- A recorrer de decisões proferidas no curso do processo.
- B manifestar-se acerca dos pedidos de habilitação e impugnação de créditos.
- C manifestar-se acerca da destituição do síndico.
- D propor ação revocatória.
- E manifestar-se acerca da continuação do negócio do falido.

QUESTÃO 86

Francisco, gerente da sociedade comercial Francisco Automóveis e Cia Ltda., delegou poderes amplos de gestão da sociedade em favor de Pedro. Pedro adquiriu, em nome da pessoa jurídica, veículo para ser revendido. A sociedade, no entanto, não efetuou o pagamento ao vendedor. O contrato social nada dispunha acerca da possibilidade de delegação do uso da firma.

Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A poderá ser proposta ação contra a sociedade ou diretamente contra Francisco.
- B poderá ser proposta ação contra a sociedade, contra Francisco, bem como contra Pedro.
- C somente poderá ser proposta ação contra a sociedade.
- D somente poderá ser proposta ação contra Pedro.
- E a sociedade, caso demandada, somente responderá até o limite de seu capital social.

QUESTÃO 91

No que se refere a recursos hídricos, julgue os itens que se seguem.

- I Para a implementação da política de recursos hídricos, no âmbito federal ou estadual, toma-se por unidade territorial a bacia hidrográfica.
- II Assim como a competência para legislar acerca das águas, também a gestão das águas foi constitucionalmente entregue à União.
- III A gestão dos recursos hídricos, segundo a Lei n.º 9.433/1997, deve ser descentralizada, contando com a participação do poder público e dos usuários.
- IV Embora uma gestão eficaz dos recursos hídricos deva sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, seu uso prioritário destina-se exclusivamente ao consumo humano.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 92

Considere que, mesmo tendo obtido licença ambiental inteiramente regular, um empreendimento esteja ocasionando dano ambiental. Em face dessa hipótese, assinale a opção correta.

- A A regularidade da licença afasta a responsabilidade do empreendedor, já que esta pressupõe, quando menos, alguma licitude administrativa.
- B A responsabilidade do órgão ambiental licenciador está afastada porque, no caso do agente público, há necessidade de comprovação do elemento subjetivo concorrendo para a verificação do dano.
- C A regularidade da licença acarreta irresponsabilidade administrativa, ocasionando o dever de o empreendedor indenizar apenas como efeito de eventual condenação criminal.
- D A reparação do dano deve ocorrer de acordo com o regime da responsabilidade civil objetiva.
- E A comprovação, por parte do empreendedor, de ter cumprido a licença ambiental afasta a própria idéia de dano ambiental, que pressupõe transgressão de normas administrativas.

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta.

- A A ação civil pública em defesa do ambiente deve ser obrigatoriamente precedida de inquérito civil público, sob pena de nulidade.
- B O inquérito civil público é procedimento preparatório destinado a coletar provas, e passível de instauração por todos os legitimados a propor ações civis públicas.
- C O termo de ajustamento de conduta, com cominação no caso de seu descumprimento, tem eficácia de título executivo judicial.
- D Não encontrando elementos autorizativos da propositura de ação civil pública, o MP deve promover judicialmente o arquivamento do inquérito civil público.
- E O descumprimento de recomendação expedida pelo MP caracteriza conduta dolosa do recomendado.

QUESTÃO 94

Na realização de obra de interesse do governo do estado do Amazonas, com licenciamento irregular concedido pelo órgão estadual, um empreendedor causou dano ambiental por falta de EIA/RIMA.

Nessa situação hipotética,

- A é cabível ação civil pública contra o governo estadual e contra o empreendedor, bem como ação penal contra o agente público que licenciou irregularmente o empreendimento.
- B o empreendedor tem direito a ação regressiva contra o agente público que licenciou o empreendimento, cuja responsabilidade limita-se à indenização civil.
- C cabe ação civil pública do empreendedor contra o governo do estado, já que a obra é de seu interesse, o licenciamento irregular decorreu de agente público estadual e o empreendedor é mero executor material de determinação governamental.
- D não há responsabilidade civil do empreendedor por ausência de elemento subjetivo, pois o licenciamento deu à obra presunção de legitimidade.
- E somente cabe indenização civil por parte do empreendedor e responsabilidade administrativa do agente público que promoveu o licenciamento, já que não há previsão de cometimento de crime na presente hipótese.

QUESTÃO 95

Assinale a opção correta acerca da Lei n.º 9.605/1998 — Lei dos Crimes Ambientais.

- A Do ponto de vista de aplicação de pena, a referida lei privilegiou as penas privativas de liberdade.
- B Na prestação de serviços à comunidade, tal dispositivo legal equivocou-se por não circunscrever a execução das tarefas gratuitas, podendo o eventual condenado prestá-las em locais completamente dissociados do ambiente.
- C Embora privilegie o uso de restrições de direitos, essa lei foi omissa por não prever o recolhimento domiciliar.
- D Por força de imperativo constitucional, referido diploma legal não prevê que pessoas jurídicas de direito possam ser responsabilizadas criminalmente por dano ambiental.
- E Mencionada lei adotou a possibilidade de responsabilização penal das pessoas jurídicas nas hipóteses de dano ambiental.

QUESTÃO 96

Um dano ambiental decorrente de atividade não-licenciada pelo poder público estava sendo investigado pelo MP, quando uma associação civil legitimada propôs ação civil pública contra o causador do dano.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A investigação do MP o torna prevento para a ação, com exclusão dos demais legitimados.
- B O MP pode de todo modo ingressar na ação e juntar os dados decorrentes de sua investigação, desde que se respeite o contraditório e a ampla defesa.
- C A propositura de ação civil pública, assim como a instauração de inquérito civil público, são privativas do MP, restando à associação o meio processual da ação popular.
- D A atuação do MP na área ambiental limita-se à ação popular; mas, proposta a ação civil pública por associação civil, o MP atuará como fiscal da lei.
- E Sendo o MP e a associação civil legitimados para a propositura de ação civil pública, somente mediante litisconsórcio poderá haver atuação conjunta dos dois legitimados.

Para responder às questões de **97 a 100**, quando for aplicável lei específica, considere exclusivamente a lei cabível, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dela com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 97

Com a nova Constituição brasileira, fortaleceu-se, por soberana deliberação da Assembléia Nacional Constituinte, a instituição do Ministério Público (MP), por ela própria qualificada como **permanente e essencial** à função jurisdicional do Estado.

Foram plenas de significação as conquistas institucionais obtidas pelo MP ao longo do processo constituinte de que resultou a promulgação da nova Constituição do Brasil. Com a reconstrução da ordem constitucional, emergiu o MP sob o signo da legitimidade democrática. Ampliaram-se-lhe as atribuições; dilatou-se-lhe a competência; reformulou-se-lhe a fisionomia institucional; conferiram-se-lhe os meios necessários à consecução de sua destinação constitucional, atendendo-se, finalmente, a antiga reivindicação da própria sociedade.

Trecho do voto do Min. Celso de Mello no julgamento do habeas corpus n.º 67.759-2-RJ (Supremo Tribunal Federal. Plenário. 6 ago. 1992, maioria, *apud* Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. **O Ministério Público no processo civil e penal**. 5. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 121-2 (com adaptações).

No que se refere ao MP, assinale a opção correta.

- A Em razão do princípio constitucional da unidade, é juridicamente válido que um promotor de justiça do MP do Amazonas (MPAM) ofereça denúncia a um juiz de direito do Amapá, por exemplo, se este for o competente para julgar a ação penal, caso em que o processo deverá ser acompanhado, doravante, pelo MP amapaense.
- B Se o procurador-geral de justiça receber notícia-crime contra pessoa sem foro por prerrogativa de função, não poderá designar promotor de justiça para atuar no caso, por delegação, pois isso implicaria ofensa aos princípios institucionais do MP.
- C No vigente modelo constitucional, o procurador-geral de justiça é escolhido pelo governador do estado com base em lista sêxtupla elaborada mediante votação dos membros de cada MP.
- D O corregedor-geral do MP, cujo mandato é de dois anos, é escolhido por meio de eleição dos integrantes do Colégio de Procuradores, podendo ser reconduzido a mais de um mandato, desde que se repita a votação pelos integrantes do colegiado.
- E O sistema constitucional e legal que busca dotar os membros do MP de condições adequadas de trabalho prevê garantias que protegem diretamente os agentes da instituição e outras que se dirigem à instituição, beneficiando-lhe os membros de maneira indireta; a inamovibilidade, como uma dessas garantias, importa em que o promotor de justiça encarregado de determinado processo em juízo não possa ser, em nenhuma hipótese, dele afastado por ato de outro órgão do MP.

QUESTÃO 98

No que diz respeito ao MP, assinale a opção correta.

- A Se um promotor de justiça vitalício abandonar o cargo, sem justificativa, por quinze dias no mês de janeiro de um ano e repetir essa conduta nos meses de fevereiro e março seguintes, estará sujeito à perda do cargo, a qual dependerá do trânsito em julgado de acórdão que julgue procedente ação ajuizada pelo procurador-geral de justiça com essa finalidade específica, ação essa de competência do tribunal de justiça.
- B A fim de preservar o exercício do cargo, a Constituição e a lei estipulam vedações para os membros do MP, das quais uma é a participação em quaisquer sociedades por quotas de responsabilidade limitada e outras sociedades comerciais, que não é admitida a não ser como quotista ou acionista minoritário.
- C A despeito dos amplos poderes e competências que a Constituição previu e a lei regulamentou para que o MP exerça o chamado controle externo da atividade policial, não é juridicamente correto afirmar que, com esses diplomas normativos, tenha passado a existir hierarquia do MP sobre as polícias judiciárias.
- D Devido à destinação dos membros do MP exclusivamente à atividade própria da instituição, não é legalmente permitido que promotores de justiça sejam retirados do trabalho nas promotorias de justiça para atuar como auxiliares do procurador-geral de justiça.
- E Se um promotor de justiça responsável pela condução de inquérito civil decidir pelo arquivamento dele, deverá fazê-lo fundamentadamente, e caberá ao respectivo centro de apoio operacional rever o ato de arquivamento; na hipótese de não se confirmar a decisão de arquivamento, competirá a qualquer promotor de justiça a que o centro de apoio operacional remeter os autos ajuizar, de imediato, a ação civil pública cabível.

